
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

ENTRE

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.,
na qualidade de Emissora

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,
na qualidade de Agente Fiduciário

13 DE FEVEREIRO DE 2013



SCBF-SP - 5548518v2

Several handwritten signatures in blue ink, including a large one at the top and several smaller ones below it.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado:

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Engenheiro Heitor Amaro Barcellos, nº 551, Bairro Getúlio Vargas, CEP 96202-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 94.845.674/0001-30, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);

e, de outro lado:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91 (“Agente Fiduciário”), na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da 2ª emissão da Emissora (“Debenturistas”), neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social;

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (respectivamente “Escritura”, “Emissão”, “Oferta”, e “Debêntures”), nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 21 de dezembro de 2012 (“AGE”), qual foram deliberados os termos e as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59, §1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).



SCBF-SP - 5548518v2

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

CLÁUSULA II REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na CVM e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2. A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Arquivamento e Publicação da AGE

2.2.1. A ata da AGE será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul - JUCERGS ("JUCERGS") e será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no Jornal "Agora", da cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, conforme disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro e Inscrição da Escritura na JUCERGS

2.3.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão levados a arquivamento na JUCERGS, conforme disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Títulos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários ("Cetip21"), também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.



[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 15 e 13, respectivamente, da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações definidas no artigo 17 da citada Instrução.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social: (i) a exploração industrial e comercial da destilaria de petróleo na cidade de Rio Grande, de depósitos de armazenamento de combustíveis e indústrias complementares; (ii) a importação, exportação e comercialização de produtos de petróleo refinado de matérias-primas necessárias à indústria; e (iii) a exploração da indústria de produtos químicos em geral, excetuados os farmacêuticos.

3.2 Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura constitui a 2ª emissão de debêntures da Emissora.

3.3 Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na data de subscrição e integralização das Debêntures, as quais serão distribuídas sob o regime de garantia firme de subscrição, nos termos da Cláusula 3.5.2 abaixo e do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, da 2ª Emissão da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Banco Bradesco BBI S.A. ("Contrato de Distribuição").

3.4 Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.5 Colocação e Procedimento de Distribuição



[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), conforme o Contrato de Distribuição.

3.5.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo).

3.5.2.1. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 2º, § único, da Instrução CVM 476.

3.5.2.2. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo investidores qualificados, assim entendidos, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, como (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios ("Investidores Qualificados").

3.5.2.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.5.2.2 acima deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.

3.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante e escriturador mandatário da Emissão é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, na Cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 (respectivamente "Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da presente Emissão de Debêntures serão destinados (i) ao pagamento de obrigações contraídas pela Emissora, provenientes das obrigações decorrentes das debêntures emitidas na 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia flutuante, da Emissora, cuja data de emissão foi 30 de novembro de 2010 ("1ª Emissão de Debêntures"); e/ou (ii) ao pagamento de dívidas contratadas pela Emissora já existentes ou a serem contratadas; e/ou (iii) ao alongamento do perfil da dívida da Emissora.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 20 de fevereiro de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.2 **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3 **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.1.4 **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de 60 (sessenta) meses contados a partir da Data de Emissão, com vencimento em 20 de fevereiro de 2018 ("Data de Vencimento").

4.1.5 **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na data de subscrição e integralização das Debêntures ("Valor Nominal Unitário").



[Handwritten signature and initials in blue ink]

4.1.6 **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 50 (cinquenta) Debêntures, as quais serão colocadas pelo Coordenador Líder sob o regime de garantia firme de subscrição, em uma única data.

4.2. Remuneração

4.2.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa.

4.2.2. Juros Remuneratórios: As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios ("Remuneração") correspondentes a 111,50% (cento e onze inteiros e cinquenta centésimos por cento) ("Taxa Máxima") da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), a partir da data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo.

4.2.2.1 As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial, utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos Juros Remuneratórios, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

4.2.3. Fórmula de Cálculo da Remuneração. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN_e \times (Fator DI - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração devidos na respectiva data de pagamento, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.

VNe = Valor Nominal Unitário de Emissão das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI = produtório das Taxas DI *Over*, com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$$

onde:

p = percentual aplicado sobre a Taxa DI *Over*, informado com 2 (duas) casas decimais, limitado a Taxa Máxima.

n_{DI} = número total de Taxas DI *Over*, consideradas na apuração do "Fator DI", sendo "n_{DI}" um número inteiro; e

TDI_k - Taxa DI *Over*, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI - *Over* divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

A Taxa DI *Over* deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



4.2.4. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na data da primeira subscrição e integralização das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do próximo pagamento da Remuneração.

4.2.5. Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações do valor de principal das Debêntures.

4.2.6. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.2.7. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula VIII abaixo, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de atualização a ser aplicado.

4.2.8. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia será realizada, e deverá estabelecer que a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

4.2.9. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas, representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) dos detentores das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar, e conseqüentemente cancelar, a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

4.3. Pagamento da Remuneração

4.3.1. O pagamento da Remuneração será realizado em parcelas semestrais, sempre no dia 20 de cada mês, sendo que o primeiro pagamento será devido em 20 de agosto de 2013 e o último na Data de Vencimento.

4.4. Amortização

4.4.1. O Valor Nominal Unitário será amortizado em 6 (seis) parcelas semestrais iguais e consecutivas a partir do 30º (trigésimo) mês a contar da Data de Emissão, sendo a primeira parcela devida em 20 de agosto de 2015 e o última na Data de Vencimento, de acordo com as datas e percentuais constantes da tabela abaixo:

Data de Pagamento	Percentual do Valor Nominal Unitário
20 de agosto de 2015	16,6666%
20 de fevereiro de 2016	16,6666%
20 de agosto de 2016	16,6666%
20 de fevereiro de 2017	16,6666%
20 de agosto de 2017	16,6666%
20 de fevereiro de 2018	16,6670%

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no Cetip21; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no Cetip21: (a) na sede da Emissora ou (b) na sede do Escriturador Mandatário.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, calculados *pro rata temporis*, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Forma de Subscrição e Integralização

4.9.1. A integralização será realizada à vista, na data de subscrição ("Data de Liquidação"), em moeda corrente nacional, nos termos do Contrato de Distribuição.

4.10. Preço de Subscrição

4.10.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, no caso da primeira subscrição e integralização das Debêntures. Após a primeira subscrição e integralização das Debêntures, o preço de subscrição de cada Debênture terá seu Valor Nominal Unitário, acrescido, *pro rata temporis*, pelos Juros Remuneratórios previstos na Cláusula 4.2.2 acima, a partir da data da primeira subscrição e integralização das Debêntures, nos termos do Contrato de Distribuição.

4.10.2. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ("Preço de Subscrição").

4.11. Repactuação

4.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, quais sejam "Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul" e no Jornal "Agora", da cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, bem como na página da Emissora na internet (www.refinariariograndense.com.br).

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista titular quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no Cetip21.

4.14. Liquidez e Estabilização

4.14.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

4.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

4.16. Direito de Preferência

4.16.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

CLÁUSULA V

OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.1. Oferta de Resgate Antecipado

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado").

5.1.2. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio aos Debenturistas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no jornal "Agora" da Cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever detalhadamente os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (i) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, deverá descrever, ainda, as condições do resgate parcial, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por um percentual mínimo de Debenturistas; (iv) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (v) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto na Cláusula 5.1.3 abaixo; e (vi) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures.

5.1.3. Após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 10 (dez) dias úteis para se manifestarem formalmente perante a Emissora com cópia ao Agente Fiduciário, findo o qual a Emissora terá o prazo de 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado.

5.1.4. A Emissora poderá condicionar a efetivação da Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por parcela mínima de Debêntures em Circulação, a ser por ela definida quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tais percentuais deverão estar estipulados no Edital de Oferta de Resgate Antecipado.

5.1.5. A Emissora deverá (i) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (ii) comunicar o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da respectiva data do resgate antecipado.

5.1.6. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente a, no mínimo, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e (ii) de eventual prêmio de resgate que, a exclusivo critério da Emissora, venha a ser oferecido aos Debenturistas no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado.

5.1.7. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no Cetip21 e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. Para todos os efeitos, as etapas desse processo, conforme aplicáveis, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio nos termos do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP e deverão ser coordenadas pelo Agente Fiduciário, sendo esse procedimento dispensado caso haja apenas um debenturista.

5.1.8. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

5.2. Aquisição Facultativa

5.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir as Debêntures em circulação: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, desde que observe as regras expedidas pela CVM, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou serem novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.



CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

5.2.2. O Conselho de Administração da Emissora terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que porventura se encontrarem em tesouraria.

CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.1, o Agente Fiduciário poderá, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, notificando o fato à Emissora, no prazo de até 1 (um) dia útil contado a partir de sua ciência ou, quando for o caso, do término dos prazos de cura específicos determinados nos itens abaixo, e exigirá da Emissora o imediato pagamento, pela Emissora, em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da notificação acima referida, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contados do respectivo inadimplemento;
- (b) não cumprimento pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura, se não sanado no prazo de 15 (quinze) dias corridos, exceto nos casos com prazo específico para cumprimento, contados da data do recebimento pela Emissora, conforme aplicável, da notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário, quando aplicável;
- (c) na hipótese de inadimplemento e/ou suspensão geral de pagamento de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratada pela Emissora ou por quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao seu controle societário, cujo valor individual ou agregado supere R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais)



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

que não venham a ser pagos em até 5 (cinco) dias úteis contados da data do vencimento, observados os prazos de cura aplicáveis às operações que estejam em situação de inadimplemento;

- (d) caso as declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura provarem-se falsas ou enganosas;
- (e) caso as declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura provarem-se incorretas, em qualquer aspecto relevante;
- (f) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos Artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência expressa dos Debenturistas, excetuando-se (i) aqueles que não importem redução de até 30% (cinquenta por cento) dos bens de seu ativo; (ii) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios; e (iii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas;
- (h) cisão, fusão ou incorporação da Emissora, por outra companhia ou qualquer forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto se tal reorganização societária envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora;
- (i) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora, direta ou indireta, inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas, exceto se tal transferência de controle não resultar em alteração dos atuais controladores da Emissora;
- (j) redução de capital social da Emissora, exceto (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) se previamente autorizado por Debenturistas;
- (k) protesto legítimo de títulos contra a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora seja responsável, salvo se, no prazo legal estipulado no referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto for cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, dentro do prazo legal, ou ainda, (ii) forem prestadas garantias em juízo;



- (l) não pagamento, no prazo indicado na referida decisão, de valor devido em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, em montante superior, individual ou agregado, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (m) se qualquer documento da Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento;
- (n) se a Emissora, (i) solicitar moratória; (ii) tornar-se insolvente; (iii) requerer recuperação judicial, extrajudicial, falência ou auto-falência; ou (iv) se a Emissora, tiver sua falência decretada e/ou requerida, nesta última hipótese desde que referido requerimento não seja elidido no prazo judicial aplicável;
- (o) se a Emissora estiver inadimplente em relação a qualquer obrigação prevista nesta Escritura e realizar o pagamento de dividendos, amortizações, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (p) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão na forma prevista na Cláusula 3.7 acima;
- (q) autuações da Emissora por quaisquer órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto (i) se no prazo legal for apresentada defesa, ou (ii) se no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da referida autuação, for interposto recurso ou impugnação, conforme o caso, e que em ambos os casos sejam capazes de suspender os efeitos da autuação, ou ainda, se nesse mesmo prazo for comprovado que a mesma foi cancelada;
- (r) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora, tiver sido comprovado que o arresto, sequestro ou a penhora foi contestado, substituído por outra garantia;

- (s) alteração do objeto social da Emissora que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas, exceto pela inclusão de atividades hoje realizadas por sociedades direta ou indiretamente controladas pela Emissora; e
- (t) demais hipóteses de vencimento antecipado previstas em lei, especialmente as previstas no Artigo 1.425 do Código Civil, caso não sejam sanadas no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de comunicação do referido descumprimento (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro.

6.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nos itens "a", "c", "d", "f", "g", "h", "i", "j", "l", "n", "o" e "p" da Cláusula 6.1, acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor, ficando o vencimento condicionado à entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, de notificação nesse sentido. Na ocorrência dos eventos previstos nos itens "b", "e", "k", "m", "q", "r", "s" e "t" da Cláusula 6.1 acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre o eventual não vencimento antecipado das Debêntures.

6.1.2. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.1.1 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula VIII abaixo, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos detentores das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

6.1.3. Na hipótese de (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.1.1 acima por falta de quorum, ou (ii) não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.1.2 acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos detentores das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.1.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada ou com Aviso de Recebimento no endereço constante da



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Cláusula 11.1 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.7 acima.

CLÁUSULA VII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos contados do encerramento de cada exercício social ou na data de divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (ii) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; e (iii) organograma atualizado do grupo societário da Emissora;
- (ii) dentro de 15 (quinze) dias corridos, qualquer informação sobre a Emissora que o Agente Fiduciário fundamentadamente solicitar, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas aquelas protegidas por acordo de confidencialidade;
- (iii) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nos itens 6.1 acima no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a sua ocorrência;
- (iv) notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, dentro de 30 (trinta) dias após sua realização;
- (v) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma deverá conter os controladores, controladas, controle comum,



coligadas e integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social; e

- (vi) dentro de 30 (trinta) dias corridos contados de qualquer dos pagamentos das obrigações contraídas pela Emissora no âmbito da 1ª Emissão de Debêntures, os documentos comprobatórios e declaração de utilização dos recursos decorrentes desta Emissão, nos termos da Cláusula 3.7.1 acima.
- (b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras da CVM;
- (d) convocar, nos termos do Cláusula VIII abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) cumprir todas as determinações da CVM e/ou da CETIP, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (f) preparar demonstrações financeiras em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (g) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura;
- (h) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de atuação da Emissora;
- (i) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os titulares de Debêntures;

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



- (j) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações principais e acessórias relativas às Debêntures;
- (k) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (l) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme previsto no objeto social da Companhia;
- (m) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP;
- (n) observar as disposições da Instrução CVM 358, inclusive no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na internet a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente os Coordenadores e o Agente Fiduciário;
- (o) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na internet, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, e mantê-las disponíveis por um prazo de 3 (três) anos;
- (p) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a capacidade em honrar as obrigações principais e acessórias relativas às Debêntures da Emissora;
- (q) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura;

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



- (r) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável; e
- (s) cumprir rigorosamente o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.

CLÁUSULA VIII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

8.1. Convocação

8.1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação ou pela CVM.

8.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no jornal "Agora" da Cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas. A Assembleia de Debenturistas será realizada, obrigatoriamente, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

8.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

8.1.5. Não será admitida na Assembleia Geral de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento ou que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

8.1.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e em segunda convocação, com qualquer quorum.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "em circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de titularidade de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

8.3. Quorum de Deliberação

8.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto nas Cláusulas 8.3.2 e 8.3.3 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos detentores das Debêntures em circulação.

8.3.2. Não estão incluídos no quorum previsto acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura; e



[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

- II. a alteração das seguintes características e condições das Debêntures, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação: (i) Remuneração; (ii) datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) espécie das Debêntures; (iv) hipóteses de vencimento antecipado; (v) datas de amortização; e (vi) Data de Vencimento.

8.3.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 8.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;



- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (i) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura;
- (j) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes;
- (k) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (l) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (m) a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora se deu através das informações fornecidas pela Emissora e no limite das informações fornecidas por esta; e
- (n) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora e/ou por controladora, controlada, coligada ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que atue como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM nº 28.

9.2. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual sejam parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (f) está cumprindo, em todos os aspectos materiais, leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto no que se refere a leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações principais e acessórias relativas às Debêntures;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, ação civil pública, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora ao Agente Fiduciário, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações principais e acessórias previstas nesta Escritura;
- (i) possui toda a estrutura necessária para manutenção de sua operação e funcionamento, e envidará seus melhores esforços para a manutenção de tais condições;
- (j) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os



[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;

- (k) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de suas situações operacional, econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (l) a Emissora é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (m) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça este de exercer plenamente suas funções com relação a esta Emissão;
- (n) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (o) está adimplente com o cumprimento das obrigações principais e acessórias constantes desta Escritura;
- (p) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (q) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

CLÁUSULA X AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. Nomeação

10.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the letters 'HT' and 'JEP' below it.]



10.2. Substituição

10.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado os prazos aplicáveis em assembleia geral de acionistas, conforme disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 10.2.6 abaixo.

10.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.2.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores.

10.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, o qual deverá ser arquivado na JUCERGS.

10.2.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data da quitação integral das obrigações principais e acessórias da Emissora previstas na presente Escritura ou até sua efetiva substituição.

10.2.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

10.2.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

10.3. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) Proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) Renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) Promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) Solicitar às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora ou de outras comarcas que entender necessário;



[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

- (i) Solicitar às expensas da Emissora, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) Convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas;
- (k) Comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) Coordenar o sorteio, na hipótese de resgate antecipado parcial nos termos do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, que será dispensado caso haja apenas um debenturista;
- (m) Elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
 - 1.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 1.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora com relação aos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - 1.5) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - 1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - 1.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;
 - 1.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e



[Handwritten signature and initials]

l.9) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.

- (n) Disponibilizar o relatório de que trata o inciso "l" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

m.1) na sede da Emissora;

m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

m.3) na CVM;

m.4) na CETIP; e

m.5) na sede do Coordenador Líder.

- (o) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa estabelecidos na Cláusula 4.12.1 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório de que trata o inciso "l" se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;

- (p) Manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- (q) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura;

- (r) Notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

q.1) à CVM; e



q.2) à CETIP;

- (s) Acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 6.1 acima e informar os Debenturistas no prazo de 3 dias úteis da ciência de qualquer dos referidos eventos; e
- (t) Disponibilizar o preço unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, e divulgá-lo aos Debenturistas, à CETIP e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

10.3.1. Sem prejuízo do seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, são autênticos e verdadeiros, não tendo sido objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.3.2. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação, exceto por aqueles já previstos na presente Escritura.

10.3.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral.

10.3.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por



[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10.4. Atribuições Específicas

10.4.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora das obrigações previstas nesta Escritura:

- (a) Declarar, observadas as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas e as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) Requerer falência da Emissora; e
- (d) Representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "b" e "c" da Cláusula 10.4.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, mediante voto dos Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da Cláusula 10.4.1 acima.

10.5. Remuneração do Agente Fiduciário

10.5.1. Será devida ao Agente Fiduciário, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, à título de remuneração, parcelas anuais de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), sendo a primeira devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

10.5.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferências



[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

telefônicas, bem como atendimento às solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado tais fatos bem como à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

10.5.3. No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

10.5.4. Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos às parcelas nas datas de pagamento.

10.5.5. Os serviços previstos nesta proposta são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28 e Lei 6.404/76.

10.5.6. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas nas Debêntures e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

10.5.7. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem

como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

10.5.8. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da emissão facultarão a Oliveira Trust a revisão dos honorários propostos.

10.5.9. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos estará sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

10.5.10. A remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

10.6. Despesas

10.6.1. O ressarcimento a que se refere as Cláusulas 10.5.6 e 10.5.7 acima será efetuado, em 15 (quinze) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

10.6.2. As despesas a que se refere as Cláusulas 10.5.6 e 10.5.7 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) Extração de certidões;
- (c) Locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.6.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas devidamente comprovadas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 10.6.1 e 10.6.2 acima, será acrescido à dívida



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações

11.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.

Rua Engenheiro Heitor Amaro Barcellos, nº 551

Bairro Getúlio Vargas

Rio Grande, RS - CEP 96202-900

At.: Sr. Vilmar Tadeu das Neves Garcia

Tel.: (53) 3233-8054

Fax: (53) 3233-8014

E-mail: vilmar@refinariariograndense.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Av. das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Cond. Downtown

Rio de Janeiro, RJ - CEP 22640-100

At.: Gustavo Dezouart e Maria Carolina Vieira Abrantes

Tel.: (21)3514-0000

Fax: (21)3514-0099

E-mail: gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br e ger2.agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

Banco Bradesco S.A. - Departamento de Ações e Custódia

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar

Vila Yara

Osasco, SP - CEP 06029-900

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Tel.: (11) 3864-7911 / 3684-2852

Fax: (11) 3684-2704

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiartf@bradesco.com.br /

4010.tomo@bradesco.com.br



[Handwritten signatures and initials on the right margin]

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo, SP - CEP 01452 – 002

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima.

11.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 5 (cinco) dias contados da sua ocorrência.

11.1.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 11.1.3 acima serão arcados pela parte inadimplente.

11.2. Renúncia

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia a estes ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.3. Título Executivo



A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.4. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.5. Prazos

A não ser que de outra forma disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

11.6. Integralidade

Esta Escritura constitui a integralidade das regras e disposições sobre a Emissão, revogando e substituindo toda e qualquer oferta, material, informação, proposta, negociação ou entendimento anterior, exceto aquelas constantes do Contrato de Distribuição, da proposta de prestação de serviços do Agente Fiduciário e outros documentos correlatos mencionados nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, incluindo as declarações de investidores e publicações previstas na Instrução CVM 476.

11.7. Aditamentos

Quaisquer Aditamentos deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCERGS.

11.8. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.9. Foro



[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, certas e ajustadas, as partes firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2013

(As assinaturas seguem nas páginas seguintes)

(RESTANTE DA PÁGINA DEIXADA INTENCIONALMENTE EM BRANCO)

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.


Nome:
Cargo:
Hamilton Romanato Ribeiro
DIRETOR SUPERINTENDENTE


Nome:
Cargo:
Eduardo Teixeira Neto
DIRETOR





Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

Cargo:

Patricia Russo
Procuradora

Nome:

Cargo:

Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Procurador



SCBF-SP - 5548518v2

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.

Testemunhas:


Nome: **Vilmar Tadeu N. Garcia**
RG: **Supervisor Financeiro**


Nome: **Marcia Elisa da Silva Padilha**
RG: **Coordenadora de Saúde, Segurança
Meio Ambiente - Qualidade**





